

A Praça do Mercado de Bragança: modernização e educação das sensibilidades no comércio popular de alimentos (1877-1887)

Arnaldo Pinto Junior¹ 

Lilian Florencio de Godoy² 

Bragança's Market Square: *modernization and the education of sensibilities in the popular food trade (1877-1887)*

Plaza del Mercado de Bragança: *modernización y educación de las sensibilidades en comercio popular de alimentos (1877-1887)*

Resumo

Este artigo aborda transformações nas práticas do comércio popular de alimentos a partir da construção da *Praça do Mercado de Bragança*, ocorridas no período de 1877 a 1887. Baseados em perspectivas científicas e liberais, tais projetos estiveram empenhados na valorização das formas de convívio social, bem como voltados às ações de ordenamento jurídico ainda pouco estruturadas no país, a exemplo do sistema métrico decimal francês. Com aportes teórico-metodológicos da História Cultural, analisamos fontes relacionadas ao referido prédio articuladas a contextos mais amplos. Ao estabelecer novos padrões para as atividades comerciais, os mercados fomentaram processos de educação das sensibilidades em meio ao avanço das concepções da modernidade capitalista nos espaços urbanos.

Palavras-chave: *Praça do Mercado; Modernidade; Educação das sensibilidades; Bragança Paulista.*

1 Livre-Docente em Educação pela Unicamp. Professor da Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, SP, Brasil. E-mail: apjfe@unicamp.br.

2 Mestre em Educação pela Universidade São Francisco. Doutoranda em Educação pela Unicamp. Turismóloga e Licenciada em História. Bragança Paulista, SP, Brasil. E-mail: lilif_godoy@hotmail.com.

Abstract

This article addresses transformations in the practices of the popular food trade stemming from the construction of the *Market Square of Bragança*, which took place between 1877 and 1887. Based on scientific and liberal perspectives, these projects were committed to enhancing forms of social interaction as well as advancing legal structuring actions that were still underdeveloped in the country, as exemplified by the French decimal metric system. Using theoretical and methodological contributions from Cultural History, we analyze sources related to the aforementioned building, articulated within broader contexts. By establishing new standards for activities, the markets fostered processes of educating sensibilities amid the rise of capitalist modernity concepts in urban spaces.

Keywords: *Market Square; Modernity; Education of sensibilities; Bragança Paulista.*

Resumen

Este artículo analiza las transformaciones en las prácticas del comercio popular de alimentos a partir de la construcción de la *Plaza del Mercado de Bragança*, llevada a cabo entre 1877 y 1887. Basados en perspectivas científicas y liberales, dichos proyectos se centraron en valorar las formas de convivencia social y en implementar acciones legales poco estructuradas en el país, a ejemplo del sistema métrico decimal francés. Usando enfoques teórico-metodológicos de la Historia Cultural, se analizan fuentes relacionadas con dicho edificio en un contexto más amplio. Al establecer nuevos estándares para las actividades, los mercados promovieron procesos de educación de sensibilidades dentro del avance de las concepciones de la modernidad capitalista en los espacios urbanos.

Palabras clave: *Plaza del Mercado; Modernidad; Educación de la sensibilidad; Bragança Paulista.*

Introdução

O comércio de alimentos é reconhecido como uma atividade essencial que nos permite compreender parte das trajetórias histórico-culturais das cidades. Muitas vezes retratado como um segmento embrionário, sua relevância está em oferecer bases estruturais de permanência aos indivíduos em determinados espaços. Além de atender às necessidades básicas, a atividade desempenha um papel crucial no fortalecimento de laços sociais e na dinamização de processos econômicos e culturais (Vargas, 2017). Tais ambientes evidenciam não apenas fragmentos da vida cotidiana, mas as maneiras pelas quais os sujeitos constroem valores e identidades comunitárias. Marcados pela informalidade, das três últimas décadas do século XIX em diante, o comércio popular passou por transformações que refletem a modernização das áreas urbanas e a regulamentação das práticas comerciais em franca expansão no período.

Diante das configurações do mundo contemporâneo, os prédios emergidos no referido contexto enfrentam outros desafios devido às constantes reformulações atreladas aos processos de urbanização. Na virada do século XX para o XXI, a significativa expansão de supermercados e *shoppings centers* em municípios menores fez com que as atividades ocorridas nos espaços destinados ao comércio popular fossem remanejadas em contraponto às suas funções originais, reservadas ao abastecimento de alimentos das localidades atendidas (Vargas, 2017). Alguns modelos surgidos a partir das três últimas décadas do século XIX, a exemplo do Mercado Municipal de São Paulo e do Mercado Ver-O-Peso de Belém (PA), foram mantidos na trama original, sendo tombados como patrimônio cultural por representarem parte das histórias das respectivas cidades.

Entre 1877 e 1887, a emergência da *Praça do Mercado de Bragança*³ sinaliza em âmbito local, ações em torno de um projeto político de alcance nacional,

3 Em 1938, a denominação do município de Bragança recebeu o acréscimo do termo “Paulista” para diferenciá-lo do homônimo localizado no estado do Pará. Dessa forma, desde os anos finais da década de 1930, os documentos oficiais passaram a ser grafados com a denominação “Bragança Paulista”. Ao longo deste texto, manteremos a grafia correspondente ao período histórico analisado.

comprometido em ressignificar os modos de vida das populações do período (Lapa, 2008; Pinto Jr, 2003; Sevcenko, 1998). As inúmeras transformações proporcionadas pela urbanização acabam por ocultar a história e as formas originais das atividades. Para tanto, partimos da hipótese de que a reestruturação do comércio popular de alimentos teve um papel estratégico na educação das sensibilidades, incorporando novos valores de progresso e civilização alinhados às novas exigências da modernidade capitalista. Levando isso em conta questionamos: frente a disseminação de tais paradigmas, como esses edifícios reformularam as práticas socioculturais existentes em Bragança?

Na relação com a cultura, os espaços onde se concentram as atividades comerciais extrapolam funções meramente econômicas, revelando aspectos inscritos em uma complexa teia de significados que caracteriza a vida urbana. Para autores dessa linha teórico-metodológica, as feiras livres, praças e mercados públicos expressam fluxos importantes da vida nas cidades, sinalizadas pelas disputas, conflitos e mediações envolvendo as atividades comerciais. Na obra *Os jogos das trocas*, Fernand Braudel (2009, p. 18-19) considerou esses espaços “centro natural da vida social”, “centro de uma vida de relações”. Thompson (1998) focalizou os modos com os quais as camadas populares fizeram do mercado o lugar de atuação política e negociações junto às autoridades no contexto proto-industrial inglês. Os edifícios surgidos em metrópoles como Berlim (Alemanha) e Paris (França) foram cenários onde Walter Benjamin (1994) flagrou as experiências sensoriais do *flâneur* e expôs os impactos hostis decorrentes das reformas urbanas, a contar do último quartel do século XIX. Os cheiros, sons, cores e texturas; os vidros, os metais duros e frios que estruturaram as cidades modernas, levavam os indivíduos à perda das experiências anteriores, incorporando na população novos hábitos, novas racionalidades técnicas e instrumentais.

As iniciativas de modernização urbana instauraram formas de controle mais rígidas nos espaços públicos destinados às classes populares, caracterizados

pela presença de trabalhadores rurais, escravizados, migrantes e estrangeiros, elementos que frequentemente despertavam a vigilância das forças policiais (Chalhoub, 2012). Para atender às demandas impostas pela modernidade, tornou-se essencial disciplinar tais frequentadores, incutindo neles condutas alinhadas aos preceitos de civilidade. Esses espaços, concebidos como símbolos de progresso e ordem, deveriam ser submetidos a um processo de higienização e regulamentação, cuja aplicação era reforçada, por vezes, através de penalidades como multas ou prisões para aqueles que não se adequassem às normativas vigentes (Godoy, 2018; Murilha, 2011).

Com base nos apontamentos, destacamos os processos de educação das sensibilidades associados à implementação da *Praça de Mercado de Bragança*. Esse fenômeno traduz-se na incorporação, pela sociedade, de novos padrões de comportamento, percepção e convivência, alinhados às transformações urbanas e às exigências da modernidade capitalista (Taborda de Oliveira, 2020). Sob tal perspectiva, analisamos as mudanças nos hábitos cotidianos, os impactos das imposições de novas normas jurídicas nas práticas comerciais tradicionais e iniciativas de ordenamento urbano, mediante a sofisticação das relações mercadológicas. Nesse interim, articulamos representações acerca do comércio popular de gêneros alimentícios, localizadas em fontes primárias produzidas entre anos de 1877 e 1887, preservadas nos acervos, centros de documentação e arquivos do referido município.⁴

Na primeira sessão do artigo, apresentamos Bragança baseada em versões da história local ancoradas por narrativas de apologia ao progresso econômico-cultural do município. Levamos em conta os contrastes junto a outras impressões que evidenciavam as práticas comerciais realizadas na localidade como uma das responsáveis pelas mudanças estruturais ocorridas no período

4 Dentre as fontes utilizadas, se sobressaem o conjunto das atas da Câmara de Bragança dos anos de 1860 a 1890, os códigos de postura da *Praça do Mercado de Bragança* (1877 e 1887), disponíveis no acervo do Centro de Informação da Câmara de Bragança Paulista; impressos, periódicos e livros de registro de atividades da Praça de Mercado de Bragança sob salvaguarda do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco (CDAPH/USF); fotografias e objetos do mercado público dos quais são parte do acervo do Museu Municipal de Bragança Paulista.

em tela. De forma simultânea, apresentamos discursos defendidos pelas elites locais inseridos em um cenário marcado por efervescências urbanas, das quais ressignificaram histórias e memórias coletivas (Godoy, 2018).

Na sequência, refletimos acerca do lugar reservado à atividade comercial na trama urbana de Bragança, compreendendo-a não apenas enquanto um espaço físico de trocas comerciais, mas também de articulação simbólica e estrutural incorporadas aos processos de urbanização. Sob tal aspecto, fomos em busca dos choques culturais ocasionados entre as práticas tradicionais e as demandas do mundo moderno. Para tanto, o edifício emerge como um território de disputas representando os esforços das elites em transformar práticas informais do comércio de alimento, em atividades regulamentadas, alinhadas aos ideais de progresso e civilidade pertinentes ao contexto (Benjamin, 1994; Certeau, 2014; Thompson, 1998).

Por último, observamos algumas estratégias pensadas para a gestão dos mercados, destacando atributos educacionais informais, institucionalizados no contexto pela Câmara Municipal de Bragança, mas também apropriados em termos culturais de diferentes formas pelos sujeitos (Thompson, 1998). Perpassando ações envolvendo a implantação do sistema métrico decimal no Brasil na década de 1870, demos atenção as formas com as quais tal método engendrou novos padrões de comportamento, transformou antigos saberes e promoveu novas formas de interação contíguo às práticas comerciais, moldados pelos valores da sociedade capitalista emergente no século XIX.

Cenários urbanos: o comércio popular e as dinâmicas da modernidade em Bragança

Em meados dos anos de 1870, Bragança – município localizado cerca de 78 quilômetros de São Paulo – era um núcleo urbano reduzido, estruturado no entorno da igreja matriz, onde encontravam-se moradias construídas em téc-

nicas de taipa, pequenas lojas comerciais, com a presença de algumas indústrias manufatureiras; as ruas não tinham calçamento, a iluminação pública funcionava a base de lampiões, não havendo oferta de água encanada ou rede de esgoto (Ishizu, 2009). A produção agropastoril e o comércio de gêneros alimentícios perduraram enquanto principais atividades econômicas realizadas na localidade por quase todo o século XIX. Versões da história local⁵ afirmam a constituição do referido território dada sua importância de entreposto comercial entre São Paulo e Minas Gerais, iniciado no período colonial.

Ao examinar os processos históricos acerca da formação da Região Bragantina, Leite (1974) destacou dimensões econômicas e sociais ocorridas dos anos finais do século XVIII à primeira metade do XIX. Conforme contextualizou, dos primórdios do povoamento até a consolidação da cafeicultura no estado de São Paulo, cereais e outros mantimentos, especialmente o milho e toucinho produzidos na *Freguesia do Jaguary*, desempenharam papel central no atendimento das demandas comerciais locais e regionais. Ademais, uma parte significativa dessa produção era destinada ao abastecimento da capital paulista, evidenciando a relevância estratégica da região no contexto. Para além de atender às necessidades básicas de subsistência, o comércio de gêneros alimentícios condicionou os processos de emancipação e conquista da autonomia administrativa do povoado, ocorrida no ano de 1797.⁶

As dinâmicas culturais acerca das atividades comerciais em Bragança foram documentadas nos jornais locais em circulação nas décadas finais do século XIX. As fontes trazem representações ambivalentes, ora frisando as vantagens da aquisição de gêneros alimentícios oferecidos nas portas das casas, ora retratando os inconvenientes gerados pelos maus odores, barulhos, mas, sobretudo, pela presença marcante das camadas populares frequentando dia-

5 Essa relação pode ser observada, por exemplo, nas obras memorialísticas *Nossas Riquezas: município de Bragança Paulista*, de José Neto Caldeira (1929), *Bragança Paulista Bi-Centenária: homenagem a sua Padroeira N. Senhora da Conceição*, de Maria Augusta Vasconcellos Diniz (1964).

6 No contexto, a área denominada *Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguary* pertencia ao município de Atibaia (SP). Após o processo de emancipação, recebeu o nome de *Vila Nova de Bragança* (Leite, 1974).

riamente esses espaços. Ainda na visão das elites registrada em fontes documentais, o comércio popular era considerado um grande problema de saúde pública no período, afetando diretamente as formas idealizadas de viver nas áreas urbanas (Manzoni, 2019; Muriha, 2011).

Em um editorial do jornal local *O Guaripocaba*⁷, as abordagens traziam iniciativas da Câmara Municipal de Bragança relacionadas às necessidades de organização local do comércio popular. Nele, os editores – corpo formado por escritores, comerciante, herdeiros de ricos proprietários de terras e membros do Partido Republicano local (Silva, 2020) –, traziam opiniões pessoais ao público leitor referentes às ações envolvendo os primeiros projetos de reforma urbana para o município. Entre as críticas apontadas, destaca-se a prioridade dada à comercialização de alimentos, realizada diretamente de porta em porta. Além disso, o texto reforçava:

A cidade não é tão extensa de modo que não necessite já de uma praça de mercado. [...]. Se não podemos negar, que esse edifício vem não somente embelezar a cidade, como trazer vantagens para o povo. [...] (*O Guaripocaba*, 07/10/1877, n. 17, p. 1).

De modo geral, o debate retomava um tema tratado nas edições 15 e 16 do periódico, o caso da circulação diária de doentes pelas ruas da cidade. A fim de convencer a edilidade acerca da necessidade de se construir no centro urbano de Bragança um hospital em vez de uma praça de mercado, os editores apontavam as condições estruturais do núcleo, as conveniências proporcionadas pelo comércio ambulante, acentuando o aumento considerável de indigentes presentes na praça matriz durante os horários das missas. Nas vozes dos autores, as imagens perturbadoras da pobreza aliadas ao contágio oriundo das condições de higiene dos espaços revelaram-se persuasivas tanto

⁷ *O Guaripocaba*, periódico bissemanal que circulou entre os anos de 1877 e 1889, foi gerenciado pelo comerciante Manuel de Almeida Carneiro até 1887 e pelo escritor Eliseu Guilherme Cristhiano de 1888 a 1889. Teve como colaboradores e redatores o professor José Guilherme Cristiano, o sacerdote Pe. João Batista de Oliveira Salgado, o negociante Pedro Alvares Coutinho, o subdelegado Joaquim Roberto de Carvalho Pinto Filho e o comerciante Nicolau Aspirino. Por sua vez, o jornal contava com artigos elaborados por bacharéis especialistas formados em diferentes áreas como Medicina, Direito, Engenharia, dentre outras (Silva, 2020, p. 37).

aos leitores e políticos locais. O resultado foi primeiramente a fundação do *Hospital de Morpheticos*, em 1879, e a *Praça de Mercado de Bragança* inaugurada apenas em 1887 (*Livro de Registro dos Imóveis de Bragança*, 1888, p. 3-4).

A imprensa enquanto produto cultural do período, desempenhava um papel significativo na formação das sensibilidades urbanas, influenciando novas formas de percepção e modificando o cotidiano das pessoas nas cidades (Pinto Jr, 2012). Os textos jornalísticos não são neutros, mas sim, carregados de intencionalidades. Considerado um gênero de caráter opinativo, traziam posicionamentos pessoais e/ou institucionais, disseminando os pontos de vista de editores e/ou proprietários dos periódicos (Marques de Melo; Assis, 2016). As ações e reformas urbanas realizadas pela Câmara de Bragança eram destacadas na intenção de moldar nos sujeitos novas sensibilidades, mobilizar novos comportamentos, propagar signos de progresso, civismo e urbanidades, buscando convencer leitores acerca de questões sociais, políticas e culturais pertinentes ao município.

No ambiente urbano, o surgimento de mercados públicos corroborou significativamente com a organização espacial das cidades, de forma a provocar mudanças nas relações sociais (Vargas, 2017). A racionalização técnica esteve imbricada ao avanço industrial ocorridos no contexto, remodelavam as práticas tradicionais face as novas formas de acumulação e condições materiais oferecidas nos centros urbanos capitalistas ocidentais. De acordo com as observações de Thompson (1998, p. 21), “o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito”, ressaltando a resistência às inovações que ameaçam desintegrar os costumes e, por vezes, a organização familiar dos papéis produtivos.

Tal como salientado por Murilha (2011), os primeiros edifícios de mercado construídos nas capitais do Brasil seguiram padrões arquitetônicos ancorados pelo movimento higienista europeu, difundidos por profissionais especializados dos campos da Medicina, da Engenharia e da Arquitetura, nas primeiras

décadas do século XIX. A percepção direcionada à insalubridade dos ambientes urbanos trazia abordagens relacionadas à saúde pública e condições sociais das cidades. No caso, a teoria miasmática⁸ foi base dos rudimentos, e sua aplicabilidade nas reformas urbanas buscava “o controle não apenas dos indivíduos, mas também das mercadorias e elementos naturais, especialmente o ar e a água” (Murilha, 2011, p. 37). Os pressupostos higiênico-sanitários visavam eliminar fontes disseminadoras de epidemias: esgotos a céu aberto, áreas pantanosas e lixo acumulado. Esses elementos foram “traduzidos em instrumentos e dispositivos normativos legais, servindo de base para a execução de novas intervenções nas cidades” (Murilha, 2011, p. 38).

Os primeiros mercados públicos construídos em cidades menores apresentavam arquiteturas mais modestas, nada comparadas aos exemplares europeus, imponentes e adornados (Murilha, 2011). No caso de Bragança, Godoy (2018) analisou em fotografias da década de 1870, a estrutura destinada pela Câmara local a abrigar o comércio de alimentos. De acordo com Godoy (2018), o primeiro mercado consistia em um rancho aberto, sustentado por arrimos de madeira, chão de terra batida e coberto por telhas de barro feitas à mão. Não havia portas ou janelas; nos fundos, um campo aberto servia de estacionamento para cavalos e carroças dos vendedores. Os produtos eram oferecidos *in natura* – salvo alguns casos de derivados de leite e carne previamente cozidos ou curados com sal –, colocados sob bancas de madeira, sem qualquer refrigeração. A cobrança de taxas para a exposição e comércio dos alimentos ficava sob responsabilidade de um fiscal contratado pela Câmara local, o qual, em alguns casos, exercia também o papel de professor nas escolas primárias do município (Godoy, 2018).

Diante da normatização do *Código de Postura de Bragança* redigido no ano de 1877, figura-se o momento no qual veremos imposição das prescrições mais

8 A teoria defendia que a causa de doenças e epidemias eram geradas por emanções nocivas provenientes de matéria orgânica em decomposição e responsáveis por doenças como a cólera, a peste e a malária (Murilha, 2011).

alinhadas aos discursos higiênico-sanitários no município, bem como empenhados em fazer valer obrigatoriamente, o uso do sistema métrico decimal francês nas transações comerciais locais. As legislações e normas incidentes sobre tais atividades foram introduzidas pela Câmara a fim de aglutinar o comércio popular para que fosse possível, primeiramente remodelar os hábitos considerados transgressores por parte da população (Chalhoub, 2012).

Nas atas da Câmara Municipal, as ações envolvendo a edificação da *Praça do Mercado de Bragança*, idealizada segundo os moldes desejados, tiveram início apenas em 1886, quando o projeto do prédio elaborado por Luiz Gonzaga da Silva Leme⁹ foi aprovado durante a sessão Câmara de Bragança (1/10/1886, p. 482). Entretanto, nas regulamentações prescritas pelo *Código de Postura* de 1877, observam-se esforços crescentes em direcionar a organização social e comercial de Bragança para moldes modernizadores, enraizados tanto na adoção de padrões internacionais de medição, quanto a estruturação urbana alinhada aos discursos higiênico-sanitários da época. No período, acompanhamos nas atas da Câmara comerciantes solicitando permissão para exporem produtos à venda na *Praça do Mercado de Bragança*, pontuada na citação a seguir:

Dito Antonio Gomes Nogueira Pantalhão, pedindo licença por alvará para ter um quiosque ambulante pagado à praça de mercado d'esta cidade para nele vender café, quitanda, depois de pagar os devidos direitos – Defferido, marcando o fiscal o local onde não estorve o tranzito, público, nem o monumento do mercado (Sessão da Câmara de Bragança, 18/03/1887, p. 386).

A implementação de tais normas visava transformar práticas locais, restringindo hábitos considerados inadequados e promovendo um ambiente mais ordenado, funcional e limpo. Esses esforços regulatórios são também ecoados nas propostas apresentadas pela Câmara Municipal, como exemplificado em nota publicada *O Guaripocaba* (26/06/1879, n. 108, p. 02):

⁹ Nascido em Bragança, formou-se advogado e engenheiro civil fora do país, sendo responsável pelos projetos de construção da maioria dos edifícios públicos surgidos em Bragança no período de 1880 a 1894 (Ishizu, 2009).

Houve na Ilhm^a. Câmara municipal propostas aceca a edificação de um lazareto para morféticos e praça de mercado. São estes dous melhoramentos locais de summa importância, conseguindo, por este meio, livrar as nossas ruas do vae e vem dos cargueiros e do monopólio de alguns negociantes, como também evitam-se os passeios equestre e pedestres de infelizes que foram condenados pela fatalidade a segregar-se da vida social. Confiámos que a nova edilidade levará avante esse grandioso projeto a não se verificar o parto da Montanha.

A partir dessa mudança de postura quando comparado ao conteúdo do editorial publicado em 1877, notamos outros anseios das elites locais alinhando-se às expectativas de reformulação urbana despontando na época. A ideia de uma praça de mercado transcendeu as intenções voltadas apenas ao fornecimento de bens de consumo; tornou-se uma resposta estratégica às demandas por ordenamento do espaço público, organizar o comércio, mitigando as práticas consideradas arcaicas. O apoio dos redatores do periódico indica aderência ao discurso modernizador na relação com a possibilidade de existência de um prédio próprio a fim de abrigar as atividades em prol do progresso urbano, além de uma nova ordem social entendida de forma mais adequada aos ideais da modernidade.

Em relação às interações entre o comércio popular de alimentos, as expectativas de modernidade e as iniciativas voltadas ao estabelecimento da *Praça do Mercado de Bragança*, os indícios analisados permitem aprofundar as contradições intrínsecas ao processo de urbanização ocorrido no município. Na próxima seção, exploramos os espaços físicos ocupados pelos edifícios de mercado na estrutura urbana desde a década de 1870.

O lugar do comércio popular na trama urbana

Em 1877, novo *Código de Posturas de Bragança* trouxe a público as disposições referentes a execução das atividades comerciais a serem realizadas na *Praça do Mercado de Bragança*. O documento envolvia um conjunto de normativas destinadas a regular a prática comercial no âmbito urbano, especialmente no

que tange a compra e venda de gêneros alimentícios. Tais diretrizes visavam atender às demandas de uma sociedade em transformação, figurando instrumentos dispostos a disciplinar e ordenar o espaço público, expressando as preocupações do corpo administrativo da cidade na época.

Entre as inovações apresentadas no novo documento, destacavam-se os artigos que definiam a localização e a organização da *Praça do Mercado de Bragança*, considerada para o contexto, um marco estratégico referente ao ordenamento urbano no município. A proposta visava não apenas centralizar o comércio em um lugar específico, mas tornar o estabelecimento o centro das atividades, antes ocorridas livremente pelas ruas. A análise dessas disposições realça o impacto do documento na dinâmica mercantil de Bragança, sugerindo as modificações em diálogo com processos históricos de estruturação das áreas urbanas. Tais medidas simbolizam as transições de práticas antes informais em direção a uma organização pautada por regulamentações em diálogo com as exigências da modernidade.

Ao abordarmos o conceito de lugar a fim de pensarmos o espaço reservado ao comércio popular de alimentos na cidade, partimos das propostas teórico-metodológicas elaboradas por Certeau (2014), considerando-o resultado dos usos e significados atribuídos pelas dinâmicas realizadas cotidianamente pelos sujeitos. Para o autor, “as práticas humanas usam e produzem espaços” (Certeau, 2014, p. 203), momento no qual memórias e identidades são adquiridas por meio de experiências temporais fragmentadas, dando sentido aos lugares. A seguir, o autor nos elucida:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (Certeau, 2014, p. 189).

Dessa forma, os lugares tornam-se substratos de simbolizações complexas e polifônicas, nas quais coexistem múltiplos tempos e experiências humanas.

Essa concepção é particularmente pertinente quando analisamos o espaço reservado ao comércio popular na cidade. Mais do que pontos de troca de produtos, os mercados configuram-se como territórios de confluência socio-cultural, onde a memória coletiva e as relações sociais se entrecruzam, atribuindo significados ao cotidiano urbano.

Dos debates iniciados a partir de 1883, a *Praça do Mercado de Bragança* foi oficialmente inaugurada em 1887 e permanece até os dias de hoje na Rua Coronel Teófilo Leme, “[...] popularmente chamada [na época] de Rua do Mercado” (Sessão da Câmara de Bragança, 01/08/1887, p. 537). Mesmo sendo a região central parte privilegiada da cidade para a construção de moradias de alto padrão e instalação de casas comerciais mais nobres, no período em que o mercado foi edificado o lugar era considerado zona periférica (Ishizu 2009; Murilha, 2011). Isso delineava a configuração do ambiente, do perfil dos frequentadores, colocados sob constante vigilância dos órgãos policiais, bem como dos representantes da edilidade municipal. Referente a isso, Manzoni (2019) pontuou que o comércio popular de alimentos representava o lugar onde se observam relações tumultuadas geradas entre os trabalhadores e agentes responsáveis pela fiscalização, frente as ações de ordenar o comércio, ou da repressão das práticas laborais consideradas clandestinas.

Os debates que envolviam a organização das atividades comerciais no espaço urbano de Bragança tornaram-se, naquele período, tema prioritário entre os membros da Câmara Municipal. Como parte das iniciativas voltadas a atender às necessidades em torno das atividades ocorridas no edifício e otimizar a estrutura do comércio local, foi estabelecido pelo *Regulamento da Praça do Mercado de Bragança* (1887, p. 05):¹⁰

Art. 1.º - A praça de mercado desta cidade tem por fim servir de centro á compra e venda de genero alimenticios que forem importados, procedam elles ou não do municipio.

¹⁰ Mantivemos a grafia original do documento.

Art. 3.º - É proibida a venda de generos alimentícios fóra do mercado, quer nas ruas desta cidade, quer nas estradas deste município. A infracção deste artigo será punida com a multa de 20\$, além do imposto.

Proposições nessa direção não eram determinadas, levando em conta apenas a realidade do município, mas vindas do governo provincial paulista. Assina-la esforços administrativos local em centralizar e regulamentar o comércio de gêneros alimentícios, buscando ordenar as práticas comerciais, além de restringir as atividades fora do edifício. Independente das condições estruturais dos núcleos urbanos, desde a década de 1870, o movimento higienista mobilizou o surgimento dos mercados públicos, tornando-se realidade nas cidades brasileiras em formação no período (Murilha, 2011). Em diálogo com princípios positivistas e liberais, as ações de edificação de mercados ressignificaram as práticas ocorridas no comércio popular de alimentos, delineando as atitudes dos frequentadores, atividades e mercadorias.

Ao abordar criticamente a modernidade capitalista, Walter Benjamin (1994) explorou os choques de Baudelaire¹¹ na grande cidade, nos levando a perceber como as transformações socioculturais impostas pela economia de mercado impactaram a vida dos sujeitos. Quando traz a noção de fantasmagorias, o fenômeno é descortinado pelo conceito de fetichismo da mercadoria elaborado por Marx, nos permitindo apreender as reações das pessoas comuns frente às novas condutas sociais e criações tecnológicas, enquanto emblemas de civilidade. Nesse contexto, ilusões coletivas são fomentadas enquanto as mercadorias adquirem um valor quase místico.

Os mercados edificados, na segunda metade do século XIX, trazem expressões de lugar onde ocorrem tensões e conflitos, por concentrarem costumes matizados pela oralidade e pela frequência constante de sujeitos pertencentes

11 Ao interpretar os poemas escritos por Charles Baudelaire (França, 1821-1867), Benjamin (1994) conceitua o “choque” como uma experiência sensorial abrupta e fragmentada, característica das concepções advindas com a modernidade capitalista. Na visão benjaminiana, o termo também está relacionado à perda da aura diante dos estímulos intensificados pelas grandes cidades da época, os quais impactavam nos modos que as pessoas constituíam suas vidas e identidades sociais.

às camadas populares. A realidade brasileira era marcada por experiências vinculadas ao mundo rural, das quais passaram a conviver em paralelo, com as ações modernizantes da época. As manifestações culturais das camadas populares eram consideradas arcaicas por serem baseadas nos saberes tradicionais, em sensibilidades constituídas por ritmos de trabalho diferentes, conectadas ao tempo da natureza, não ao tempo fragmentado das fábricas ou relógios. Além de desconsiderá-las, as elites procuravam estrategicamente apagá-las em nome dos projetos entendidos como civilizadores e progressistas para o período.

A mudança nas formas de percepção de tempo operada com o desenvolvimento do capitalismo industrial foi para Thompson (1998) uma das questões centrais em suas pesquisas. Nas comunidades pré-industriais, as tarefas domésticas e atividades associadas às necessidades primárias de subsistência operavam o tempo em outra perspectiva. O amanhecer era anunciado pelo cantar dos galos, os meses e anos pelas estações, fases de plantio e colheita dos cereais, não sendo necessário medi-lo com exatidão matemática. Com a modernidade capitalista, os ciclos naturais deixam de ser referência principal, perdendo gradativamente relevância quando passou a ser concebido como mercadoria. “Perder tempo”, sobretudo nas concepções da ética protestante, era visto como pecado; a difusão dos relógios, a pontualidade se tornaria uma das maiores virtudes do homem moderno.

No contexto analisado, o espaço rural passou a ser identificado como um lugar marcado por pobreza, falta de acesso à cultura e pelo analfabetismo, considerado um dos maiores problemas enfrentados no país (Pinto Jr, 2012). A maioria da população foi colocada sob condições autoritárias, de constante vigilância dos corpos e comportamentos dos que circulavam pelo espaço urbano (Chalhoub, 2012). No caso específico de Bragança, as fontes documentais evidenciam a presença marcante de moradores oriundos do meio rural, cujas atividades predominantes concentravam-se na produção de gêneros alimen-

tícios e comercialização no mercado local. Tal configuração reforça o papel essencial desempenhado pelos trabalhadores camponeses no abastecimento e na vitalidade econômica, social e cultural do município, ao mesmo tempo em que traz marcas de conflitos e tensões inerentes a frequência de tal conjunto social no espaço urbano diante das novas imposições normativas.

Entre os registros históricos, destacam-se inúmeras ocorrências de multas aplicadas aos trabalhadores envolvidos no comércio popular, como evidenciado nas atas da Câmara de Bragança nos anos de 1877 a 1889. Dentre essas, encontramos o requerimento “[...] encaminhado Jurandir Castilho reclamando de multa imposta pelo fiscal por oferecer pelas ruas cidade, peças de toucinhos sem levá-las a praça do mercado para a venda como previsto no Código de Posturas. Indefferido” (Sessão da Câmara de Bragança, 18/09/1877, p. 126).

A fonte reafirma as condições de subordinação, controle e violência com as quais os trabalhadores do ramo foram submetidos. A proibição do trânsito dos cargueiros, da atividade ambulante ocorrendo pelas ruas da cidade indicam conflitos gerados entre os comerciantes e fiscais da Câmara Municipal. Dialogando com a perspectiva de Chalhoub (2012), a vigilância das práticas cotidianas nos ambientes urbanos aponta aspectos do controle social exercido pelos agentes locais, permeado por relações desiguais de autoridade. Assim, os mercados tornavam-se espaços de interseção entre o tradicional e o moderno, tensionando as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que ali eram desenvolvidas.

Outro ponto a ressaltar, no que tange as representações do comércio popular de alimentos emergidas na relação com os projetos de urbanização, foram as sensibilidades forjadas no vínculo entre esses espaços e as classes de trabalhadores consideradas “perigosas” no período. Manzoni (2019) e Chalhoub (2012) identificaram em ações penais e multas, situações conflitantes ocorridas entre trabalhadores pobres, agentes e fiscais ligados aos órgãos públicos da época.

Com a emergência do edifício, restrições direcionadas à circulação ou permanência de desvalidos, ébrios, crianças abandonadas e grupos de escravizados estavam dentre as prescrições do *Regulamento da Praça do Mercado* (1887). Logo, é possível flagrarmos uma dada educação das sensibilidades mobilizada junto à emergência dos mercados. O artigo 15 do documento composto por quatro cláusulas traz orientações aos comerciantes, compradores, administradores, fiscais, representante da Câmara, polícia, enfim, às distintas instituições responsáveis pelo controle e ordem daqueles que, por algum motivo, trafegavam pelo espaço.

Nos periódicos bragantinos em circulação nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do XX, entre eles o jornal *O Guaripocaba*, Godoy (2018) observou a frequência de colunas policiais divulgando as confusões ocorridas no mercado. A pesquisa de Souza (2016) retratou uns dos primeiros movimentos grevistas registrados na história de Bragança Paulista. Neste estudo, investigou a trajetória do professor anarco-sindicalista Joseph Jubert mediante da ação criminal que resultou na sua prisão em 1917, por distribuir no mercado, folhetins da *Liga Operária Bragantina*, agitando os lavradores das fazendas localizadas nas redondezas da área urbana do município.¹²

As características do comércio popular de alimentos eram marcadas pelos ecos dos pregões, pelos fortes odores mesclados ao frescor das frutas, ainda pelo incessante fluxo dos frequentadores das áreas urbanas. Esse ambiente dinâmico, embora típico da época, evidenciava a necessidade de transformar estruturas precárias em edificações planejadas, com cobertura, boa iluminação e proteção contra intempéries. As iniciativas representavam não apenas avanços técnicos promovidos no período, mas esforços por parte da edilidade em adaptar o espaço público às aspirações de modernidade emergente.

Possivelmente, o lugar reservado ao comércio, na busca por extinguir vesti-

12 O processo-crime de Joseph Jubert é parte do acervo do *Poder Judiciário da Comarca de Bragança Paulista*, sob salvaguardo do CDAPH-USF.

gios de um passado ao qual se almejava afastar, emergiram novas práticas impulsionadas pelo avanço do comércio exterior, transformaram-se as dinâmicas entre os espaços urbanos e rurais. Ademais, o plano de urbanização e os projetos sanitários, validados por agentes da medicina, da engenharia e demais especialistas tinham como mote afastar dos centros os perigos de contágio proporcionado, sobretudo, pelo aumento populacional (Lapa, 2008; Murilha, 2011; Godoy, 2018).

Posto este segundo movimento analítico, compreendemos os mercados como território, ou seja, um lugar onde são traduzidos fragmentos dos choques culturais que emergem do confronto entre os sujeitos com as novas determinações impostas pela modernidade capitalista (Benjamin, 1994). As reformas urbanas, juntamente com as visões modernas de cidade projetadas pelas elites, materializaram-se nos edifícios de mercados. Além disso, orientaram ações de controle socioespacial, a fiscalização das atividades comerciais, bem como instruíram hábitos relacionados à limpeza e à higiene dos corpos e ambientes urbanos. Essas iniciativas acabaram criando imagens preconceituosas da população pobre e trabalhadora, amplamente envolvida no comércio popular de Bragança e de outras localidades do país.

Novas instruções nas práticas comerciais: a implantação do sistema métrico decimal

Nesta última seção, tratamos outra questão considerada significativa relacionada a emergência de mercados públicos e os avanços promovidos pela modernidade capitalista: a implantação do sistema métrico decimal francês. Reconhecido com parte das ideias mais ambiciosas e complexas difundida pelo iluminismo (Zuin, 2007), observamos desde a segunda metade do século XIX, o empenho do poder público imperial em difundir os procedimentos, incluindo-os no cotidiano da sociedade, sobretudo dentro dos edifícios. Ao serem estruturados no ambiente urbano, as finalidades na organização e fiscalização

das atividades ganharam proporções mais amplas, indo ao encontro temas relacionados a educação formal, não formal e informal. Essas transformações ressignificaram formas de sociabilidade, práticas culturais e sensibilidades tecidas simultaneamente aos avanços urbanísticos.

Nos discursos das elites urbanas da época, sobressaíam perspectivas progressistas e liberais frente as expectativas geradas pela exportação de produtos agrícolas acompanhadas pela ascensão do país no mercado internacional (Pinto Jr, 2012). Os projetos de edificação dos mercados não foram destinados apenas a atender normas e legislações higiênico-sanitárias. Eles serviram igualmente como espaço usado pelas autoridades para forçar a população a adquirir novas racionalidades instrumentais imbuídas por técnicas inovadoras nas práticas comerciais. A expansão das manufaturas e a industrialização dos meios de produção estimulou a criação de espaços controlados, com dia e hora de funcionamento previamente determinados, restrições sobre a compra e venda dos produtos, e supervisão dos pesos e das medidas (Thompson, 1998).

Abordagens atentas aos mecanismos de implantação do sistema métrico decimal e seus desdobramentos são amplas. Em uma breve análise realizada em repositórios de artigos e pesquisas acadêmicas on-line¹³, dos anos 2000 em diante estudos focalizaram o tema com mais vigor. Vemos discussões realizadas em pesquisas acerca da escolarização moderna articulada à inclusão do referido método na instrução primária, caso de Zuin (2007); outros atentos ao surgimento dos mercados públicos em diálogo com modernização comércio e urbanização das cidades, como as pesquisas desenvolvidas por Godoy (2018), Manzoni (2019) e Vargas (2017).

Entretanto, um dos descontentamentos da população, frente às transformações na atividade comercial, foi a obrigatoriedade do uso do novo sistema no Brasil, implantado pelo governo imperial a partir de 1872. O movimento

¹³ Utilizamos os sítios eletrônicos *Scielo* e *Google Scholar*.

denominado “quebra-quilos” é um evento considerado relevante na historiografia brasileira e expressões acerca disso são conteúdos presentes em sítios eletrônicos do Arquivo Nacional e do Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM). Iniciado na Paraíba em 1874, a rebelião popular expandiu-se por cidades do Nordeste e pode ter ocorrido também em outras capitais e municípios menores, como os da Região Bragantina (Godoy, 2018). As revoltas contra as práticas junto ao sistema metrológico francês incluíram a destruição dos novos instrumentos de medição e indicam reações conflitantes das camadas populares na defesa de seus costumes, tomados sob ataque pelas autoridades.

Thompson (1998) descreveu como “economia moral” as relações comerciais baseadas nos conhecimentos tradicionais e nos hábitos costumeiros praticados pelas populações mais pobres do período pré-industrial. Nessa categoria analítica, o historiador faz ressalvas aos motins populares e os considera engendrados não apenas por problemas relacionados a fome, aumento de preços ou maus procedimentos no comércio. As causas operavam dentro de um consenso popular mais amplo, fundamentado “[n]uma visão consciente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas e peculiares à vários grupos na comunidade” (Thompson, 1998, p. 152).

Referente aos primeiros movimentos de adesão do sistema métrico decimal francês, iniciados no Brasil em 1830, Zuin (2007) destacou marcas das teorias científicas, permeando os interesses das nações europeias na uniformização das práticas comerciais. Nos discursos, os padrões representavam valores de segurança e verdade, e para o caso, o meio capaz de universalizar as relações comerciais internacionais. O novo sistema trazia consigo instrumentos como tabelas, réguas, recipientes, balanças, ancorados nas técnicas difundidas pelos campos da matemática moderna.

O sistema decimal foi considerado pelos seus defensores¹⁴ conteúdo indispensável para o progresso e desenvolvimento econômico do país, pois dava

14 O deputado do Rio Grande do Sul, Cândido Baptista Oliveira é considerado um dos pioneiros na defesa pela implantação do sistema métrico decimal no Brasil durante o regime imperial. Desde 1830 passou a tratar do tema na Câmara dos Deputados, ressaltando as comodidades, facilidades e a modernização propostas pelo método, inclusive da urgência na sua inserção junto aos conteúdos escolares básicos (Zuin, 2007).

credibilidade e exatidão às transações ocorridas entre diferentes países. Zuin (2007) explica que, até o ano de 1872, quando o uso se tornou obrigatório em todo território¹⁵, a realidade apresentava ampla diversidade nas formas de atribuir valor às unidades de medida utilizadas pela maioria da população. Os padrões do modelo francês de medidas adotados em Portugal desde 1852¹⁶, mas nas colônias, foram apropriados de forma frouxa no dia a dia envolvendo as atividades comerciais. Sobre isso, a autora afirma que “não houve uma ação imediata das províncias no sentido de se adotar o sistema métrico decimal, o qual era totalmente desconhecido em várias localidades brasileiras” (Zuin, 2007, p. 198).

Para os redatores da Lei de 1862, a inclusão dos novos procedimentos metrológicos se daria de forma progressiva durante o período de 10 anos, e sua adaptação aconteceria com o auxílio de tabelas conversoras, contendo os valores costumeiros usados cotidianamente pela população, e os valores a serem considerados frente as normas impostas pelo sistema métrico decimal (Zuin, 2007). A nova lei alcançou estabelecimentos comerciais públicos e privados, obrigados a aderirem ao sistema, além de providenciar equipamentos adequados para a aferição dos produtos vendidos nas áreas urbanas. No movimento ocorrido em Bragança na década de 1870, somente tabelas conversoras seriam distribuídas gratuitamente. Os pesos, réguas e recipientes seriam “vendidos ou alugados pela Câmara local” (Código de Posturas de Bragança, 1877, p. 02).

Em Bragança, as fontes apontam atitudes rígidas de fiscalização do comércio e não só no popular. No ano de 1872, quando o prazo para adesão do novo sistema havia se esgotado, os conflitos se estenderam por anos, momento no qual observamos muitas multas destinadas também, aos proprietários de estabelecimentos particulares. Foi o caso do requerimento encaminhado à edilidade em 1884 por Gentil Randoni, proprietário de um armazém localizado na

15 Lei Imperial n. 1.157, de 26 de junho de 1862 (*apud* Zuin, 2007, p. 107).

16 De acordo com Zuin (2007, p. 89), Portugal aderiu aos padrões franceses de medida em 1803, mas manteve as nomenclaturas utilizadas, adequando o novo método as terminologias existentes. O intuito era evitar rebeliões e descontentamentos por parte da população.

Rua do Commercio, (atualmente Rua Coronel Leme) solicitando “[...] restituição da multa imposta pelo Fiscal da Câmara, por não ter aferido os pesos existentes na loja dentro do período determinado. Indefferido” (Sessão da Câmara de Bragança, 13/05/1884, p. 48a).

A fiscalização do uso de pesos e medidas de modelo francês se tornou um grande problema para o poder público local, especialmente após o ano limite determinado para adequação das práticas, pois as multas ou possíveis prisões pelo não uso dos novos objetos ameaçavam os comerciantes. Anterior ao período de 1872 não encontramos nas fontes ações nesse sentido, nos levando a perceber a ausência do uso do método no cotidiano dos comerciantes bragantinos, mas sim instituído *pari-passu* ao surgimento da *Praça do Mercado de Bragança*. Contudo, não temos clareza se para cidades maiores, tais como as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro entre outras, a fiscalização referente ao uso do sistema métrico decimal francês se daria de forma mais severa.

Kuhlmann Jr. (2001) destacou empenho dos países europeus em difundir, de maneira pedagógica, as novidades do mundo moderno nos Congressos Internacionais e nas Exposições Universais, ocorridos desde a segunda metade do século XIX. Nesses eventos, os modelos dos pesos e medidas pertencentes a diferentes países do Ocidente foram exibidos em um pavilhão exclusivo, momento no qual era reforçada a necessidade de uniformizar as práticas comerciais entre os países (Zuin, 2007). Exceto pela expansão das relações comerciais entre os países do ocidente, a implantação do sistema francês de pesos e medidas buscava atender às tendências políticas e organizacionais tomadas como modelo civilizatório para os países do velho mundo.

Para o funcionamento das atividades da *Praça do Mercado de Bragança*, iniciadas 1887, a Câmara Municipal providenciou os recursos necessários à administração do edifício, inclusive materiais para registro de entradas e saídas de mercadorias e os objetos usados nas atividades conforme apresenta o excerto a seguir:

Indico que se encarregue ao presidente da Câmara de adquirir livros talões, balanças, pesos e medidas necessárias para os serviços do mercado e que autorize o procurador a fiscalizar as despesas que forem feitas com esta aquisição (Sessão da Câmara de Bragança, 01/07/1887, p. 524).

A ata da Câmara evidencia funções que extrapolam os mercados públicos enquanto espaços reservados a concentrar as atividades comerciais. Instrumentos de modernização urbana integravam medidas técnicas e organizacionais visando garantir o bom funcionamento das atividades econômicas. A preocupação com a aquisição de balanças, pesos e medidas expõe esforços em direção a padronização e controle, reforçando o papel da administração pública em fomentar a eficiência do novo modelo. Ao mesmo tempo, essas iniciativas coexistiam com resistências culturais às mudanças, indicando o caráter transformador, porém conflituoso, dos equipamentos públicos na conformação das cidades modernas.

Ao refletir acerca da introdução dos novos objetos e de reformulação das práticas comerciais frente a implantação do novo sistema francês de metrologia, notamos as ações empenhadas em incluí-lo como parte dos procedimentos a serem apropriados e difundidos pelas nações europeias (Zuin, 2007), alcançando seus territórios colonizados. As ideias de progresso e civilidade corroboravam com os avanços científicos, buscando uniformizar as práticas comerciais, extinguindo as diferenças culturais.

Na conjuntura, a ausência de pessoas letradas para assumir cargos e compor corpo na fiscalização pública dificultava o controle governamental acerca das práticas comerciais ocorridas em todo o território, sobretudo em localidades situadas mais distantes das capitais do Império. Em Bragança, fontes apontam isso quando observado em um registro nas atas da Câmara (05/08/1869, p. 44a), afirmando que “Francisco da Cruz Sobrinho não poderá exercer o cargo de fiscal do qual havia sido nomeado, por não saber ler e nem escrever”.

Referente aos rudimentos aplicados às aprendizagens das primeiras letras no país, o sistema métrico decimal francês esteve presente entre os conteúdos a

serem ensinados nas escolas brasileiras. Todavia, a obrigatoriedade imposta na Lei promulgada pelo Império em 1862 não se dirigia apenas às demandas da escolarização, mas sobretudo, voltou-se às necessidades mais amplas, no intuito de fixar medidas utilizadas na agrimensura, em projetos de edificações arquitetônicas e na comercialização de mercadorias (Zuin, 2007, p. 56).

No contexto, Godoy (2018) investigou em Bragança o exercício de professores locais em outras funções, tais como escritores, jornalistas, em muitos casos contratados pela edilidade para fiscalizar e inspecionar os pesos e medidas usados nos comércios locais. Logo, para os agentes públicos responsabilizados pelas atividades ocorridas no interior dos edifícios de mercado, o conhecimento das práticas junto ao novo sistema era imprescindível. Inclusive isso nos leva a crer que estes fiscais também auxiliaram a população na adesão das práticas junto aos novos objetos durante o período de adequação às novas normas.

Nesse sentido, as novas técnicas alicerçadas no sistema métrico decimal apresentam-se como uma das estratégias na constituição de determinadas sensibilidades das quais aproximam os processos de modernização das práticas comerciais. No contexto do projeto de edificação da *Praça do Mercado de Bragança*, notamos movimentos síncronos aos identificados em outras partes do país, responsáveis por mudanças nas orientações que afetaram de forma intensa o comércio popular de alimentos.

Considerações finais

A edificação da *Praça do Mercado de Bragança*, ocorrida entre os anos de 1877 e 1887, representou localmente formas de reorganização do poder político que eram implementadas em todo o país e impactavam no cotidiano das pessoas (Pinto Jr, 2003; Lapa, 2008; Godoy, 2018; Sevcenko, 1998). As propostas de reconfigurações do espaço urbano contribuíram para a forma-

ção de novas sensibilidades e sociabilidades, focalizadas neste estudo com base nas atividades mercantis populares. Educar os trabalhadores a fim de que eles fossem capazes de reconhecer e se apropriar dos novos signos de civilização e progresso, não seria função exclusiva da instituição escolar. Os prédios públicos reservados ao comércio de alimentos – assim como foram os da escola no período republicano –, se tornaram equipamentos públicos que contribuíram para disseminar na população modos mais adequados do viver urbano e moderno.

A relevância dos mercados frente aos projetos de modernização urbana interage com expectativas dedicadas a propagar as visões de mundo e valores que davam amplitude e consistência material aos avanços científicos e tecnológicos propostos pela modernidade capitalista. Colocar a *Praça do Mercado de Bragança* na mira das teorias higiênico-sanitárias, significava para as elites darem o tom ideal às representações ameaçadoras que circundavam acerca do ambiente. Fossem pelo perigo da propagação de doenças ou pelo perfil miserável da maioria dos frequentadores (Chalhoub, 2012), o lugar do comércio popular deveria ser o mais distante da praça central e da igreja matriz, área onde os mais nobres se encontravam.

Os lugares urbanos destinados aos sujeitos pertencentes as camadas populares foram com o tempo sendo por eles apropriados, na medida em que faziam uso cotidiano por meio da atividade comercial. No entretempo do trabalho, os frequentadores produziam outros significados, pois a experiência permitia a constituição de novos laços de sociabilidade e coletividade, bem como reproduziam as intrigas e descontentamentos com as autoridades diante das mudanças. Por meio das práticas em comum, recorreram aos saberes ancestrais, enfrentaram o desconhecido e se ajustaram aos novos paradigmas do mundo capitalista.

No rastro da urbanização e dos discursos liberais e progressistas sobre a cidade, pudemos observá-la historicamente a partir de um outro viés metodoló-

gico. Braudel (2009) e Thompson (1998) nos provocaram a buscar nesses lugares onde a multidão se concentrava, parte do extrato cultural de Bragança pertencente a outros tempos. Quando tentamos *flanar* pela *Praça do Mercado de Bragança* por meio das fontes, nos deparamos com uma realidade que nos permitiu compreender os rastros da modernidade capitalista seus desafios e contradições ocorridas em âmbito local.

Nas aproximações realizadas entre as atividades ocorridas na *Praça do Mercado* e a implantação do sistema métrico decimal francês no Brasil, as tensões e conflitos advindos das perspectivas liberais econômicas tomaram proporções mais amplas. A inclusão do novo método e dos materiais a ele condicionados, introduzidos em 1862, foi determinante para a consolidação de novos saberes surgidos sob a égide do iluminismo. Focalizamos o comércio popular como cenário propício para introdução de formas mais efetivas os novos procedimentos, alicerçados por objetos padronizados, que serviriam para uniformizar as formas das transações.

O sistema métrico decimal vigorou como um dos principais saberes difundidos pela escolarização elementar no decurso da segunda metade do século XIX (Zuin, 2007). Tal importância alicerçava-se nos interesses relacionados ao potencial agroexportador do país, que se consolidava diante do aquecimento da cafeicultura e da ampliação do mercado internacional. Sobre isso, veremos nos anos subsequentes, com o governo republicano, a edificação de mercados mais alinhados aos modelos pertencentes a arquiteturas mais nobres e suntuosas e, ao que tudo indica, a apropriação e uso do método decimal já mais contemplada por parte da população.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III*: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII: os jocos das trocas*. Volume 2. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CALDEIRA, José Neto. *As nossas riquezas*: município de Bragança. Volume III. Edição da Empresa Commercial e de Propaganda Brasil. São Paulo: Estab. Graphico Irmãos Ferraz, 1929.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão da Câmara de Bragança de 5 de agosto de 1869*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1869.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão de 18 de setembro de 1877*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1877.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão de 13 de maio de 1884*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1884.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão de 1 de outubro de 1886*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1886.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão de 18 de março de 1887*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1887.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Ata da sessão de 1 de agosto de 1887*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1887.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Código de Posturas de Bragança*. Bragança Paulista: Câmara Municipal, 1877.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA. *Livro de Registros de Imóveis da Municipalidade*. Bragança Paulista. Câmara Municipal, 1888.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Companhia das Letras, 2012.

DINIZ, Maria Augusta Vasconcellos. *Bragança Bi-Centenária: homenagem a sua padroeira Nossa Senhora da Conceição*. São Paulo: [s.n.], 1964.

GODOY, Lilian Florencio de. *O Mercado Público de Bragança: patrimônio cultural, educação dos sentidos e das sensibilidades*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2018. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/252/17761021804328.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2025.

ISHIZU, Andrea Luri. *Evolução da malha urbana e a arquitetura de Bragança Paulista 1884-1967*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20240813-142143/pt-br.php>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KUHLMANN JR, Moyses. *As grandes festas didáticas: educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas (1850-1900). São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEITE, Beatriz Westin Cerqueira. *Região Bragantina: estudo econômico-social (1653-1836)*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1974.

MANZONI, Francis. *Mercados e feiras livres em São Paulo (1867-1933)*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom* – RBCC. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/issue/view/143>. Acesso em: 16 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>.

MURILHA, Douglas. *O higienismo e a construção dos mercados e matadouros públicos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16183>. Acesso em: 11 jun. 2025.

O GUARIPOCABA. *Editorial*. Bragança Paulista, 07 out. 1877, n. 17, p. 1.

O GUARIPOCABA. *Nota*. Bragança Paulista, 26 jun. 1879, n. 108, p. 2.

PINTO JR, Arnaldo. Modernização urbana e educação das sensibilidades na cidade de Vitória (1890-1912). *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 108-118, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645733>. Acesso em: 28 fev. 2025.

PINTO JR, Arnaldo. *A invenção da “Manchester Paulista”*: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/297440>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. *Regulamento da Praça do Mercado de Bragança*. São Paulo: Typ. Baruel, Pauperio e Comp. 1887.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; v. 3).

SOUZA, Sandra Aparecida de. *“El terrible anarquista” Joseph Jubert*: por entre rastros, memórias e histórias. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2016. Disponível em: <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/252/17269633481977.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, Jacinto. *Imprensa local no final da escravidão*: O Guaripocaba (1877-1888). 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-09092020-194514>. Acesso em: 11 jun. 2025.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Pesquisas sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na História da Educação: algumas indicações teórico metodológicas. *Revista História da Educação*. (Online), v. 24, p. 1-32, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/97469>. Acesso em: 03 mar. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/97469>.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Heliana Comin. Mercados del siglo XIX: génesis y permanência. *Ciudades*. RNIU, Puebla, México, v. 27, n. 114, p. 55-63, 2017. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/en/revista/ciudades/articulo/mercados-del-siglo-xix-genesis-y-permanencia>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. *Por uma nova Arithmetica: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentista*. 2007. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/177674>. Acesso em: 11 jun. 2025.

Recebido em: 20 de abril de 2025

Aprovado em: 10 de novembro de 2025